

ÍMPAR SERVICOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.855/0001-54 - NIRE 35.3.0002082-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2025

[illegible]

Clausula 20. A primeira convocação se dar com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da respectiva reunião, e a segunda, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, a qual deverá ser enviada após a data prevista para a primeira convocação. O edital de convocação fixará o ordem da dia, bem como a data, hora e local da reunião do Conselho de Administração, e, conforme o caso, também incluirá cópias dos documentos e informações pertinentes a cada questão a ser tratada. **Clausula 22.** A reunião do Conselho de Administração será instalada, em primeira convocação, com a presença de todos os membros do Conselho de Administração e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros do Conselho de Administração. **Clausula 23.** A aprovação de quaisquer assuntos que estão sujeitos à deliberação do Conselho de Administração estará sujeita ao voto favorável da maioria simples dos seus membros, exceto quando as matérias indicadas no Acordo de Acionistas. **Clausula 24.** Dos trabalhos e deliberações do Conselho de Administração será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos membros presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Clausula 25.** Além das matérias previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração: (i) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) Attribuir aos administradores as respectivas funções, atribuições e poderes a serem exercidas; (iii) Eleger, destituir ou afastar acionistas; (iv) Autorizar a emissão de ações e debêntures; (v) autorizar a contratação, por qualquer tempo, de livros e papéis comerciais; (vi) Solicitar informações sobre o patrimônio líquido em via judicial; (vii) Representar a companhia e quaisquer outros atos; (viii) Outorgar ordem de compra de ações aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, assim como administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; (ix) Estabelecer a política geral de salários e demais políticas gerais de pessoal, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer benefícios, bônus, qualquer outro componente de remuneração e participação nos resultados da Companhia; (x) Aprovar a celebração pela Companhia de qualquer contrato ou operação com, relação à Companhia, (i) uma afiliada, (ii) o cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou parente até 2º (segundo) grau de consanguinidade ou afinidade, (iii) os diretores, membros do conselho de administração ou membros de órgãos estatutários semelhantes da Companhia ou de suas afiliadas, e (iv) quaisquer afiliadas das pessoas listadas nos itens "III" e "IV" acima, que envolva, em uma única transação ou uma série de transações relacionadas, valor acima de (i) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (b) 1% (um por cento) do valor do ativo total da Companhia constantes do último balanço aprovado; (vii) Aprovar ou alterar o orçamento anual da Companhia; (viii) Aprovar a celebração de quaisquer acordos, contratos ou documentos similares ou assunção de obrigações pela Companhia que envolva valores acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em uma única transação ou uma série de transações relacionadas, exceto se previstas no plano anual; (ix) Criarção de ônus sobre quaisquer ativos da Companhia que envolva valores acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em uma única transação ou uma série de transações relacionadas, exceto se previstas no plano anual; (x) Aprovar a emissão de títulos de dívida, endividamento ou financiamento de qualquer tipo, em uma única transação ou uma série de transações relacionadas, em valor acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (xi) Aprovar qualquer alienação de ativos da Companhia seja vendadora e envolva, em uma única transação ou uma série de transações relacionadas, valor (preço de aquisição ou *enterprise value*) acima do montante correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido do último exercício social da Companhia, conforme demonstrações financeiras aprovadas em assembleia geral ordinária; (xii) Aprovar qualquer operação de aquisição de outras sociedades, ativos ou negócios, inclusive por meio da combinação de negócios ou operações societárias como fusão, incorporação de ações ou constituição de *joint venture* com valor (preço de aquisição, *enterprise value* ou valor de referência para fins de realiação de troca); (xiii) Aprovar a missão de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e (xiv) Aprovar no âmbito das Controladas das matérias listadas nos itens acima. **Diretoria:** **Clausula 26.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por até 20 (vinte) Diretores, dentre os quais, até 9 (nove) serão Diretores Corporativos (sendo necessariamente 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Geral de Hospitais, 1 (um) Diretor Jurídico e até outros 5 (cinco) diretores sem designação específica), e até 11 (onze) serão Diretores de Unidade. O Diretor Presidente exercerá a função de representante legal da Companhia. Os demais membros da Diretoria poderão ter atribuições específicas. **Clausula 27.** A eleição da Diretoria ocorrerá preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos ocorrer com o término do mandato dos seus antecessores. Os Diretores, que serão eleitos para um mandato de até três (3) anos, podendo ser reeleitos, tomarão posse mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 2º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Clausula 27.** Compete ao Diretor Presidente coordenar atividades estratégicas da Companhia, analisar e planejar novas oportunidades de negócios e de investimentos que tenham como objetivo a expansão da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, observadas a política e orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (ii) Propor planos estratégicos e projetos de expansão, prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos para a Companhia e avaliar novas atividades a serem desenvolvidas e/o realizadas dentro do objeto social da Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira de novas oportunidades de negócios, observadas às competências do Diretor Financeiro; (iii) Coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relacionadas ao desenvolvimento de negócios estratégicos para a Companhia; (iv) Acompanhar e analisar o desempenho de cada negócio estratégico em operação visando à melhoria contínua dos resultados obtidos pela Companhia; e (v) Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia. **Clausula 28.** Compete ao Diretor Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele conferidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçada pelo Conselho de Administração, administrar o fluxo financeiro da Companhia, manter o equilíbrio entre receitas e despesas, controlar o caixa, gerenciar as contas a pagar e a receber da Companhia; (iii) Implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente; e (iv) Dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/trIBUTÁRIA. **Clausula 29.** A competência dos demais Diretores da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos por lei, será determinada pelo Conselho de Administração, podendo, inclusive, ser criadas denominações específicas no ato de eleição. **Clausula 30.** Compete aos Diretores zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social, em especial compete aos Diretores Corporativos a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, e a prática de todos os atos de gestão necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento, podendo celebrar contratos, contraír obrigações, outorgar procuradores ou mandatários, emitir e endossar cheques, ou outros títulos de crédito, prestar aval ou outros tipos de garantia, ou analisá-los sob o interesse da Companhia, sempre observando os limites, autorizações e aprovações dispostas neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, sob pena de nulidade do respectivo ato. **Parágrafo 1º.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alenar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, especialmente no que se refere às matérias previstas nos Artigos 17 e 25 deste Estatuto Social, respectivamente. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especificamente: (i) Cumprir fazer cumprir este Estatuto Social e a legislação de aplicação do mesmo; (ii) Administrar o patrimônio líquido da Companhia; (iii) Gerir os negócios da Companhia, com exceção dos limites de risco estabelecidos para os mesmos pelo Conselho de Administração; (iv) Submeter propostas de distribuição de lucros e dividendos à Assembleia Geral, observadas as regras estabelecidas no presente documento; (v) Zelar pela execução das diretivas técnicas, administrativas, de imagem e pela legalidade da sua unidade nos aspectos regulatórios, trabalhistas, fiscais, dentre outros que representem riscos para a Companhia; e (vi) Assegurar o desenvolvimento da sua equipe e participar referente a sua unidade. **Parágrafo 3º.** A Companhia será representada (a) por dois Diretores Corporativos em conjunto; ou (b) por um Diretor Corporativo e um Diretor de Unidade, desde que o objeto do mandato seja Unidades de Negócios, sendo ambas as opções válidas. **Parágrafo 4º.** Cada Diretor terá poderes para representar a Companhia perante terceiros, independentemente do parágrafo terceiro abaixo ou ainda; ou (c) por 2 (dois) procuradores, conjuntamente, com poderes específicos, desde que os instrumentos de mandato sejam assinados por 2 (dois) Diretores Corporativos com limitação de competência e, quando o objeto depender de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração a sua outorga ficará expressamente condicionada à aprovação. **Parágrafo 4º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores Corporativos. As procurações outorgadas deverão especificar os poderes e terão prazo de validade limitado ao máximo de 3 (três) anos. Para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada de forma isolada, por qualquer Diretor ou qualquer procurador, desde que devidamente constituído na forma deste Estatuto Social. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade. **Parágrafo 5º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas a seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração. **Clausula 31.** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: (a) quando do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro, ou em caso de impedimento definitivo ou vacância da maioria dos cargos da Diretoria ou caso o número de membros venha a ser inferior ao mínimo previsto neste Estatuto Social, o Conselho de Administração procederá imediatamente à substituição do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro, ou dos demais membros das funções, atribuições; e (b) nos demais casos caberá ao Diretor Presidente indicar, havendo ausência ou impedimento eventual de qualquer Diretor, um Diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do Diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de 30 (trinta) dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. **Conselho Fiscal:** **Clausula 32.** O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, e funcionará, apenas nos exercícios em que for instalado a pedido dos acionistas, nos termos da Lei. **Clausula 33.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitado o disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 162, da Lei das Sociedades por Ações. **Clausula 34.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos ou afastamentos eventuais, ou ainda, na vacância do cargo, pelos respectivos suplentes, cabendo aos substitutos a percepção de honorários correspondentes ao período em que servirem. **Clausula 35.** O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Capítulo IV - Exercício Social, Distribuição de Resultados e Lucros e Reservas:** **Clausula 36.** O exercício social coincidirá com o ano civil e terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes registrados no CVM. **Clausula 37.** Do resultado do exercício serão deduzidas pelas perdas e sucessivamente: (a) as reservas necessárias para cobertura de provisões pagas no curso do exercício; (b) parcela para pagamento de uma participação percentual nos lucros e dividendos, observado o disposto no artigo 152 do Código de Comércio; e (c) parcelas para pagamento de juros devidos. **Parágrafo 1º.** O lucro líquido do exercício formado pelo resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as importâncias que se trata o *caput* desta Clausula, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, observado o disposto no Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do valor ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento de dividendos. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral poderá, observados os limites de sua competência, deliberar a constituição, destinação de recursos ou redução das reservas de capital previstas no Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. A Assembleia Geral poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo 4º.** Os dividendos não reclamados de 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia. **Clausula 38.** A Assembleia Geral poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum*, da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Capítulo V. Liquidação da Companhia:** **Clausula 39.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VI. Acordo de Acionistas da Companhia:** **Clausula 40.** Nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, durante todo o período de vigência do Acordo de Acionistas, a Companhia observará e cumprirá todas e quaisquer das suas disposições, conforme acordo arquivada nos autos do processo nº 000.137.2007-9, do Juízo da 1ª Vara Empresarial do Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 000.137.2007-9, emitida da Companhia, dentre outras, obrigando-se a Companhia a dar ciência de seu conteúdo aos seus administradores (**"Acordo de Acionistas"**). É expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração ou da Diretoria registrar declaração de voto que seja proferida em desacordo com o que tiver sido estabelecido no Acordo de Acionistas. As obrigações e responsabilidades

OPUS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE-LTDA

CNPJ nº 10.248.446/0001-93
EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

REUNIAO EXTRAORDINARIA DE SOCIOS QUOTISTAS
ATA DA REUNIAO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Para os convocados os Sócios e Gêpus Empresariais da SPE-ITDA (“**Sociedade**”) para reunirem-se na Reunião Extraordinária de Sócios Quotistas, a ser realizada, em segunda convocação, às **10:00 horas do dia 24 de abril de 2025**, por meio de videoconferência via plataforma Microsoft Teams, ocasião em que o link para acesso será disponibilizado aos sócios em momento prévio à realização da Reunião de Sócios, a qual para todos os efeitos legais será considerada como realizada na sede social da Sociedade, situada na Rua Joaquim Antunes, nº 490 - conjunto 113, sala “A”, Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Proposta de dissolução total e consequente início da liquidação extrajudicial da Sociedade, com o encerramento do seu prazo; (2) Caso aprovada a decisão anterior, requerer a abertura da nomeação do liquidante para a liquidação da Sociedade, com o encerramento dos prazos para a realização da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade. Os documentos necessários para a realização da Assembleia Geral Ordinária do dia da Reunião de Sócios estarão disponíveis para acesso pelos Sócios na sede da Sociedade, nos termos do art. 135 § 3º da Lei nº 6.404/1976 (“**Lei das S.A.s**”). Para que os sócios ou seus representantes legais sejam admitidos na Reunião, deverão encaminhar para o endereço eletrônico hfsoneca@gvmadvogados.com.br, com antecedência mínima de 1 hora do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, os seguintes documentos: (I) se pessoa física: Documento de Identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (II) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com Ata de eleição dos administradores e, em caso de procuração, o instrumento de procuração devidamente assinado pelo representante legal. Os documentos apresentados o comprovante da qualidade de sócio da Sociedade. Outras informações a respeito da forma de participação, acesso a plataforma Teams e aos documentos referentes aos temas da ordem do dia da Reunião de Sócios devem ser solicitadas mediante o envio de e-mail para o endereço eletrônico hfsoneca@gvmadvogados.com.br em 17 de abril de 2025, São Paulo/SP. **TÚLIO BOTELHO MATOS** - Administrador.

MAC-DO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.549.983/0001-15 – NIRE: 35.3.0018954-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas desta Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.470, 4º Andar, Sala 404, Vila Olímpia, São Paulo, São Paulo, CEP 04.548-005, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) eleição dos membros da Diretoria da Companhia; b) definição da remuneração dos administradores; e c) outros assuntos de interesse da Companhia, alusivos à ordem do dia. **ROBERTO PROENÇA DE MACEDO** – Diretor Presidente. Acesso à publicação na íntegra no site eletrônico do jornal: <https://www.diarionoticias.com.br/index.php/p/newspaper>.

SOEG ALPHAVILLE VEÍCULOS S.A.

CNPJ 02.717.846/0001-72 – NIRE 35.300.478.045
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

desta Companhia e os membros do Cons

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2025 às 16,30h, especialmente na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida José César de Oliveira, 181, 10º andar, sala 1008, CEP 05317-000, conforme previamente autorizado por todos os acionistas, com a seguinte pauta: a) eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024; b) eleição dos administradores, examinadores e votantes para demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; c) eleger os membros do Conselho Fiscal para o presente exercício; e d) deliberar sobre a remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2025. Em Assembleia Geral Ordinária, a reeleição da maioria da administração da Companhia para o exercício de 2025 em 05 de maio de 2025, dividida em 10 minutos, e a alteração do capital social da Companhia para 50 milhões de ações, cuja destinação determinada em Assembleia Geral Ordinária, se for o caso; e alteração do art. 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital, se aprovado. São Paulo, 16 de abril de 2025. A Diretoria (17, 18, 23)

SOEG OSASCO VEÍCULOS S.A.

CNPJ 15.705.660/0001-45 – NIRE 35.300.477.359
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Ficam convidados os acionistas desta Companhia a se reunirem no Conselho Fiscal a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2025 às 16,00h, excepcionalmente na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida José César de Oliveira, 181, 1º andar, sala 1008, CEP 05317-000, conforme previamente autorizado por todos os acionistas, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte matéria: a) tomar conhecimento das demonstrações financeiras e balanços da Companhia para o exercício de 2024; b) aprovar as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; c) eleger os membros do Conselho Fiscal para o presente exercício; e d) deliberar sobre a remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2025. (Em 15.05.2024 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi realizada no dia 15 de maio de 2025, às 15h, 05.12.2024 sobre o dividendo mínimo obrigatório. São Paulo, 16 de abril de 2025. A Diretoria (17, 18, 23)

PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

CNPJ 08.168.677/0001-45 – NIRE 35.300.383.061

desta Companhia e os membros do Cons

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2025 às 15:30h, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida José César de Oliveira, 181, 10º andar, sala 1008, CEP 05317-000, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; c) eleger os membros do Conselho Fiscal para o presente exercício; e d) deliberar sobre a remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2025. São Paulo, 16 de abril de 2025. A Diretoria (17, 18, 23)

ARACÁ PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ 08.168.677/0001-45 – NIRE 35.300.383.061

desta Companhia e os membros do Cons

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2025 às 15:30h, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida José César de Oliveira, 181, 10º andar, sala 1008, CEP 05317-000, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; c) eleger os membros do Conselho Fiscal para o presente exercício; e d) deliberar sobre a remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2025. São Paulo, 16 de abril de 2025. A Diretoria (17, 18, 23)

COLÉGIO BANDEIRANTES LTDA

CNPJ Nº 60.882.313/0001-42 - NIRE 35.217.460.461

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PARA A ASSEMBLEIA DE SÓCIOS A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

Nos termos do artigo 11º do Contrato Social do **COLEGIO BANDEIRANTES LTDA.** ("Sociedade"), ficam os Srs. Sócios convocados para comparecer à Assembleia de Sócios da Sociedade, que será realizada na forma **SEMI-PRESENCIAL**, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, no dia **29 de abril de 2024**, às **14h00**, para tratar das seguintes matérias:

1. A discussão e a votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; **(a)** a destinação dada ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(c)** o aumento do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 7.833.389,00, com a emissão de 7.833.389 novas quotas; no valor de R\$ 1,00 cada, a serem subscritas integralizadas mediante a capitalização de créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social – AFAC – e em moeda corrente nacional com a consequente alteração do Contrato Social da Sociedade para adequação às alterações estatutárias e legais necessárias; **Informações Gerais:** **1.** A participação e votação na Assembleia de Sócios poderá ocorrer **(a) presencialmente**, mediante comparecimento à sede social na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 268, Vila Mariana, CEP 04.011-001; **ou (b) à distância**, mediante atuação remota via sistema eletrônico, conforme informações de acesso e funcionamento detalhadas em carta endereçada aos Sócios, informações essas também disponíveis na sede social da Sociedade. **2.** A Sociedade não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática, incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento dos participantes, falhas de conexão, problemas de acesso, falhas de transmissão, assim como, por qualquer motivo que não estejam sob o seu controle. **3.** Para participar da Assembleia de Sócios, estes deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (a) documento hábil de identidade do Sócio ou seu representante; e (b) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Sócio. São Paulo, 17.04.2025. **EDUARDO TAMBOR JÚNIOR** - Diretor Geral e Operações

MAC-DO Administração e Participações S.A.

CNPJ: 23.549.983/0001-15 – NIRE: 35.3.0018954-0

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas desta Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 de abril de 2025, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.207, 3º andar, sala 3-B, Chácara Santo Antônio, São Paulo, São Paulo, CEP 04.719-002, a fim de deliberar sobre: (i) a alteração do endereço da Companhia; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **ROBERTO PROENÇA DE MACÊDO** – Diretor Presidente. Acesso à publicação na íntegra no site eletrônico do jornal: <https://www.diariodnoticias.com.br/index.php/pt/newspaper>.

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Pública
Brasileira - ICP-Brasil



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicale.diarionoticias.com.br/>